

# O BRASIL, 500 ANOS DEPOIS

José Sarney

O Brasil chega ao limiar do século XXI, 500 anos depois do descobrimento, com a sua unidade política e territorial amplamente consolidada. Mais importante legado dos colonizadores portugueses, esse território continental, que se espalha por 8,5 milhões de quilômetros quadrados, promete abrigar, em prazo relativamente curto, uma população de 200 milhões de habitantes, um formidável mercado de consumo, uma nação que se construiu em torno de uma só língua e na qual se exercita certamente a maior e mais representativa democracia racial em todo o mundo.

Dono de território tão extenso quanto variegado, o Brasil orgulha-se de manter fronteiras com dez países, sem que tenha sobrevivido qualquer litígio dentro desses limites. Muito se tem dito, ao longo dos tempos, como teria sido possível a um país pequenino, como Portugal, que não era uma potência econômica nem militar, manter território tão extenso e reconhecida, ricamente, salvo da cobiça dos grandes impérios coloniais do passado, como Holanda, Espanha, Inglaterra e França. É inegável a habilidade política que tiveram os portugueses para conter a notória ambição de tantos vizinhos poderosos sobre sua mais importante colônia de Ultramar.

A aventura marítima de Portugal, que fascina a todos que a conhecem, só foi possível graças ao infante Dom Henrique, justamente cognominado o Navegador, que fundou a Vila de Sagres (1416), onde construiu estaleiros, arsenais e observatórios e onde reuniu alguns dos mais notáveis cartógrafos, navegadores e astrônomos da época.

Ali se formaram os grandes navegadores que haveriam de alargar as fronteiras de Portugal e de Espanha, dois dos quais marcantes: Cristóvão Colombo e Fernão de Magalhães. Ali nasceu o núcleo criador do que existia de mais avançado em tecnologia marítima da época.

Voltando ao Brasil, como foi possível o alargamento das suas fronteiras para além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, celebrado em 1494, entre o rei de Portugal, dom João II, e os reis católicos Isabel e Fernando de Castela e Aragão? O que conhecemos hoje como Brasil representa o dobro do território reconhecido por aquele Tratado. A política de expansão territorial das Entradas e Bandeiras tinha como objetivo a descoberta de pedras e metais preciosos, sobretudo o ouro, mas sempre contou com o apoio decidido da Coroa. Seria legítimo esperar por uma reação do império espanhol a essa política de conquista territorial pelo Brasil. Mas isso não ocorreu. Por quê?

Certamente um fato haveria de trazer para o Brasil a ajuda do acaso e dos bons fados. Com a morte do rei dom Sebastião, em 1598, e o fim da dinastia de Avis, Filipe II invadiu Portugal, que passou a integrar o então poderoso Império Espanhol, dominante em grande parte da Europa, da África e em toda a América. O poderoso soberano não tinha motivos para se queixar do alargamento das fronteiras de um país que fazia parte de seus domínios.

Outro capricho do destino haveria de ajudar o Brasil. A invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte obrigou o rei dom João

VI a transferir a Corte do Império de Portugal e Algarves para o Rio de Janeiro, em 1808. Era, possivelmente, a primeira vez que uma Colônia se transformava em metrópole. Com a chegada da Corte, o país deixava de ser um ajuntamento de acampamentos mais ou menos prósperos, para iniciar a sua trajetória de nação independente.

Entre os estadistas, destacam-se José Bonifácio, apropriadamente denominado o Patriarca da Independência, um homem cuja visão situava-se para além de seu tempo, e o barão do Rio Branco, que morreu em 1908, deixando-nos um legado fundamental na formação do país: fronteiras demarcadas com todos os nossos vizinhos por meio da habilidosa e competente eliminação dos litígios que se acumularam ao longo da história brasileira.

Sob o reinado do segundo imperador, o mais longo, o Brasil teve que enfrentar a única ameaça concreta de invasão que sofreu em toda a sua história: a Guerra do Paraguai. Esse acontecimento obrigou o país a organizar o Exército, que era incipiente, e a consolidar a sua Marinha, que chegou a ser uma das mais poderosas do mundo. Os estaleiros navais instalados no Rio de Janeiro conseguiam rivalizar com os mais ativos de todo o planeta.

Depois da Guerra do Paraguai, o Exército passou a desempenhar papel importante na vida política da Nação, oferecendo respaldo efetivo ao Poder Moderador, exercido constitucionalmente pelo imperador. O duque de Caxias, a maior figura do Exército, foi o pacificador de várias guerras intestinas que ameaçaram a unidade nacional, para acabar com a Balaiada, no Maranhão, para conter a revolução

liberal de 1842, em São Paulo e Minas Gerais, para sufocar pelas armas a insurreição que grassava no Rio Grande do Sul, desde 1835. Victorioso, ofereceu a anistia e a pacificação em nome da unidade nacional, elegendo-se senador por aquele estado.

Alguns especialistas são tentados a considerar que não teria sido possível colonizar esse imenso território sem o concurso do braço escravo. Creio que a escravidão foi o maior estigma de nossa formação histórica. O milagre nacional foi ter integrado plenamente a raça negra à nossa vida social, num processo de miscigenação e assimilação que transformaram o país em democracia racial exemplar. A forte cultura negra da alegria dominou e se fez a face da sua identidade. Somos a maior nação negra fora da África. O Brasil se constituiu um laboratório de miscigenação de raças e culturas, que fascina tantos estudiosos dentro e fora de suas fronteiras. Aqui vivem negros, brancos e índios, que são a base de nossa formação étnica. Como vivem harmoniosamente imigrantes portugueses, espanhóis, árabes, judeus, japoneses, russos, poloneses, armênios, alemães, entre outros, e seus descendentes. O modelo de assimilação dos negros fez-se padrão para todas as outras raças.

O Brasil se constituiu a mais evidente demonstração de êxito de uma civilização nos trópicos. O país busca conquistar seu lugar no concerto das nações com a mesma postura conciliatória que adotou ao longo de toda a sua formação histórica.

■ José Sarney, ex-presidente da República, é senador